

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de setembro de 2021
e 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Comentário de Desempenho

Relatório dos Auditores Independentes

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021

Senhores Acionistas.

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do 3º trimestre de 2021, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração sobre Resultados, Recuperação Judicial e Perspectivas futuras

Explicando o resultado

A Companhia vem informar ao mercado, seus acionistas, colaboradores e parceiros que o resultado alcançado no terceiro trimestre de 2021 é de um lucro R\$ 12,5 milhões.

Tal resultado deveu-se principalmente ao reconhecimento de R\$ 53 milhões de créditos fiscais obtidos através de uma ação de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

Conforme já vimos comentando nas últimas demonstrações de resultados, as rígidas regras contábeis vigentes não permitem a contabilização de determinados ativos ou ganhos, até que tais créditos estejam efetivamente constituídos.

Levando-se em consideração essa regra, no balanço do primeiro semestre, contabilizamos claims no montante de R\$ 128 milhões, haja visto estes claims já estarem em situação de execução de sentença, ou em estágios que já permitiram demonstrar à nossa Auditoria Externa a recuperabilidade de tais créditos.

Vale lembrar que a Companhia detém hoje, claims que somam mais de R\$ 3 bilhões em discussão judicial nos mais diversos estágios.

Importante também salientar que a Companhia vem, ano a ano, recuperando esses créditos, sendo que nos últimos 6 anos a média de recuperação ultrapassa os R\$ 120 milhões anuais, e se considerarmos os últimos 3 anos, essa média passa para R\$ 250 milhões, em função principalmente do amadurecimento das ações judiciais e arbitragens em andamento.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021

Este e outros ajustes importantes estarão melhor explicados ao longo dessa mensagem e principalmente no Balanço Gerencial projetado que apresentaremos mais abaixo.

Recuperação Judicial - Histórico do período Novembro/14 a Agosto/21

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil dos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-nos a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O plano de recuperação judicial do Grupo foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de R\$ 1,9 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passarão a deter 83,5% de participação societária, podendo o BNDES se tornar um sócio relevante na Inepar.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos "non core" que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia ("INEP3"), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 98% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021

- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos "claims" em discussão administrativa e/ou judicial.

Há que se destacar a vitória da IESA Óleo e Gás no processo arbitral que correu em NY/USA, contra a TUPI e PNBV, subsidiárias da Petrobras, decisão essa ocorrida em dezembro/20, e já noticiada através de Fatos Relevantes, o que contribuirá de forma decisiva para alcançarmos o fim do processo de Recuperação Judicial e o soerguimento da empresa.

Em 04/11/2020 a empresa realizou uma audiência pública com o Juiz da Recuperação Judicial, onde nesta oportunidade exploramos nosso plano para encerramento da Recuperação Judicial, bem como nossa estratégia para proteção de ativos que possibilitarão o pagamento dos compromissos para este encerramento e os pagamentos necessários aos credores concursais fora do biênio e credores extraconcursais.

Também mostramos aos credores e ao Juiz que nossos ativos são maiores que nossos passivos e que o casamento destes proporcionará maior segurança na realização dos compromissos com credores concursais e extraconcursais.

Destacamos também que as inúmeras penhoras e constringências sofridas pela empresa em relação as suas monetizações de ativos, em muito tem atrapalhado a conclusão do plano de recuperação judicial.

Hoje, essas penhoras e bloqueios judiciais ultrapassam os R\$ 300 milhões.

Feita essa audiência e após discussões havidas com os credores presentes, protocolamos, em 25/11/2020, nossa proposta para encerramento da Recuperação Judicial, bem como toda nossa proposta para pagamento dos demais credores, sejam eles concursais ou extraconcursais.

Com o advento da arbitragem, a empresa achou por bem, em 22/04/21, peticionar novamente nos autos da RJ, revisando o plano de pagamentos que compreende o encerramento da recuperação judicial e o pagamento de diversas dívidas extraconcursais, com ênfase nas trabalhistas, sem esquecer as financeiras e prestadores de serviços.

Adicionalmente, mostrando nossa transparência no processo de recuperação judicial, demonstramos também na petição de 22/04/21 os pagamentos que foram efetuados com o recebimento da primeira tranche da arbitragem.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021

Com o advento do recebimento da primeira parcela da arbitragem, a empresa realizou os pagamentos concursais das Classes I e IV, incontroversos até aquele momento, e necessários para o encerramento da Recuperação Judicial, além de trabalhistas e financeiros extraconcursais, conforme demonstrado em nossa petição do dia 22/04/21, protocolado nos autos da RJ.

A segunda parcela foi depositada em juízo pela TUPI/PNBV, devido os pedidos de bloqueios do consórcio de 3 bancos (Haitong/Barrisul e CCB). Com o desbloqueio da segunda tranche da arbitragem, a empresa pretende efetuar 100% dos pagamentos incontroversos e exigíveis relativos ao Plano de Recuperação Judicial, bem como avançar e reestruturar a dívida com o BNDES, além de pagamentos concursais das classes I e IV incontroversos e não exigíveis para encerramento da Recuperação Judicial, e pagamentos extraconcursais, principalmente os trabalhistas.

Vale salientar que até o momento a empresa já realizou o pagamento de 99% dos seus compromissos exigíveis para o encerramento da recuperação Judicial, conforme quadro abaixo:

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 18,0	R\$ 18,0	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 14,0	R\$ 14,0	R\$ 12,5
TOTAL	R\$ 21,3	R\$ 373,7	R\$ 395,0	R\$ 2.276,7

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento apenas do BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito quando somamos os valores liquidados nas Classe II e III).

Importante salientar que estamos avançando com a renegociação junto ao BNDES e esperamos concluí-la, se possível, ainda em 2021.

Assim, considerando o total efetivamente pago, é possível constatar que para encerramento da Recuperação Judicial se faz necessário o pagamento de créditos que sequer somam 1% (hum por cento) do valor total já adimplido pelas recuperandas.

Outro assunto de extrema importância diz respeito a Companhia ter concluído em dezembro/20 a revisão geral das suas dívidas tributárias, visando a possibilidade de reduzi-las com base no Programa de Transação Excepcional regulamentada pela Lei 13.988/20 e Portaria PGFN 14.402/2020. Vale salientar que, em dezembro/20, a empresa pagou a primeira parcela deste parcelamento, e autorizou a transferência de um crédito fiscal líquido e certo de R\$ 18 milhões perante a Receita Federal para amortização das primeiras 6 parcelas da citada Transação.

Ocorre que, nos termos das Portarias PGFN 2.382/2021 e 9.917/2020, novos benefícios foram oferecidos, especificamente às empresas em Recuperação Judicial e, objetivando usufruir destes melhores benefícios, a empresa requereu, e a Fazenda Nacional concedeu, a possibilidade de migrarmos do parcelamento aprovado em dezembro/2020 para um novo parcelamento mais adequado ao fluxo de caixa das empresas Inepar, podendo atingir os descontos máximos possíveis.

De acordo com essas Portarias, as dívidas tributárias objeto desta Transação em esfera administrativa, deverão ser reduzidas em 67%, o que resultará numa dívida tributária de aprox. R\$ 860 milhões, com redução de R\$ 1,5 bilhões em relação à posição contábil atual. Salientamos que ainda estamos conciliando todos os valores em consonância com as regras das Portarias e acreditamos que possamos reduzi-la ainda mais.

Estes valores estão contidos em documentos trocados com a PGFN, abaixo demonstrado.

Esperamos estar concluindo essa negociação junto a PGFN o mais breve possível.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região
 Divisão de Dívida Ativa da União

EMPRESA	CNPJ	DÍVIDA CONSOLIDADA NÃO PREV	DÍVIDA CONSOLIDADA PREV	DÍVIDA CONSOLIDADA FGTS	DÍVIDA NÃO PREV APÓS DESCONTOS	DÍVIDA PREV APÓS DESCONTOS
Inepar Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	29.918.943/0008-58	R\$ 225.579.931,83	R\$ 278.446.524,70	R\$ 4.653.599,73	R\$ 95.601.941,29	R\$ 127.731.785,33
Inepar Óleo e Gás S.A.	07.248.576/0001-11	R\$ 108.708.489,79	R\$ 96.774.906,36	R\$ 7.715.875,86	R\$ 45.820.632,24	R\$ 44.400.527,04
Inepar S.A. Indústria e Construções	76.627.504/0001-06	R\$ 1.390.167.978,41	R\$ 211.431.848,34	R\$ 0,00	R\$ 419.090.393,57	R\$ 63.446.554,65
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	02.258.422/0001-97	R\$ 173.228.863,25	R\$ 84.661.907,26	R\$ 0,00	R\$ 51.968.658,98	R\$ 25.388.572,18
Total		R\$ 1.897.785.272,33	R\$ 671.365.187,16	R\$ 12.379.475,59	R\$ 609.951.628,07	R\$ 269.974.719,40

Do contexto operacional e de mercados

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e fornecimento de equipamentos e serviços destinados à geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; soluções integradas para saneamento básico e industrial, implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as Organizações Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021**

O marco regulatório de Saneamento é um fator que com certeza impulsionará os investimentos e demandará grande volume de equipamentos e sistemas.

Os investimentos previstos para esse setor nos próximos 10 anos superam a casa dos R\$ 500 bilhões.

Nesse sentido a Companhia se estruturou para participar ativamente do mercado de saneamento, contratando profissionais especializados, e adequando a estrutura organizacional para atendimento do mesmo.

O resultado disso é que hoje já estamos em, num curto prazo, com mais de R\$ 700 milhões em propostas em discussões com diversos clientes.

Serão necessários investimentos em CAPEX der mais de R\$ 20 milhões para que a empresa esteja estruturada para a participação deste, bem como de outros setores, a exemplo do mercado agrícola na fabricação de silos de armazenamento.

Estamos buscando os recursos para tal investimento em CAPEX e OPEX.

No segmento de transporte ferroviário, as concessões e os altos níveis de investimentos informados pelos principais players desse mercado, aliado à nossa experiência nesse setor e nossa capacidade fabril instalada em Araraquara, nos colocam numa posição privilegiada para atender a esse mercado.

No segmento de Óleo e Gás, há expectativa de que, concluído o processo de venda de parte das refinarias pela PETROBRAS, processo esse em andamento, os adquirentes tomarão medidas para a modernização das plantas industriais propiciando a nossa participação em fornecimentos de novos equipamentos ou modificações e reformas de equipamentos existentes na sua grande maioria dentro das capacidades e experiências existentes em nossas empresas.

No setor de Plataformas de Exploração de Petróleo, acreditamos que, com a necessidade de geração de empregos no Brasil, ocorra aumento dos índices de nacionalização, propiciando nossa participação em fornecimento e/ ou montagens de equipamentos.

Da Continuidade das operações

Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e, também, para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos em que a empresa irá participar, a administração está

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021

trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

I - Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Alienação do imóvel situado no município de Macaé/RJ; e
- c) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,040 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 619 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico de recuperação destes créditos que é acima de 50% ao longo dos últimos anos.
- b) Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES, debenturistas da 5ª emissão, o que já está efetivado, bem como outros credores extraconcursais.
- c) Cabe enfatizar que, no balanço patrimonial está contabilizado o investimento nestas Cotas do FIDC, por equivalência, porém seu efeito é nulo no resultado por um provisionamento contingente das Cotas Subordinadas.

III – Outras ações em andamento.

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial, que não compõem o FIDC Taranis.
Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje aprox. R\$ 2,0 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 680 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 37%, muito abaixo do histórico acima mencionado, demonstrando um conservadorismo nas expectativas de monetização dos mesmos.
Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos com essa característica, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos.
Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a média das ações judiciais correntes gira em torno de 8 anos, e todas elas têm data de origem igual ou maior que 7 anos, ou seja, muito já se discutiu e andou com esses ativos na esfera judicial.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021

- b) Intensificação do trabalho comercial para a conquista de novos clientes, novos mercados e novos produtos;
- c) Busca de capital de giro para dar suporte ao soerguimento da empresa;
- d) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar as atividades.
- e) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020. Esta adesão permitirá uma redução significativa no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável na redução de juros, multas e encargos legais.
- f) Assinatura de vários acordos de entendimentos com parceiros nacionais e multinacionais que deverão ser implementados imediatamente após o levantamento da Recuperação Judicial. A grande maioria destes entendimentos se referem ou a break true tecnológico, ou tecnologias ainda não utilizadas no Brasil. Todos estes novos produtos serão em adição as linhas já existentes em nossas empresas.

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial prevista para o primeiro semestre de 2022, a renegociação com os principais credores extraconcursais e a iminência da readequação de sua dívida tributária conforme já amplamente explanado e, considerando a liberação dos recursos bloqueados na justiça, superiores a R\$ 300 milhões, seguramente a empresa terá condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e melhor qualificada para dar andamento em eventuais negociações com os parceiros estratégicos que reconhecem a qualidade do nosso acervo, que asseguram competitividade no mercado Latino Americano de infraestrutura.

Por fim, destacamos que o cumprimento do nosso Plano de Pagamentos, protocolado no juízo da RJ em 22/04/2021, com a liberação dos depósitos judiciais de mais de R\$ 300 milhões, será fundamental para o soerguimento da empresa, proporcionando o ambiente necessário para a busca de novos projetos e parceiros estratégicos.

Nesse sentido estamos preparando um novo Plano de Pagamentos, para protocolo junto ao juízo da RJ, para até final de novembro/21.

Apresentamos abaixo uma PROJEÇÃO do Balanço Patrimonial de 30/09/2021 com (i) os valores dos ativos monetizáveis compostos pelo FIDC, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC, (iii) com os valores de redução do passivo fiscal

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021

previstos na negociação junto a PGFN e por fim (iv) da valorização do ativo Estaleiro CBD em função dos investimentos realizados pela Petrobras no mesmo e que passarão a fazer parte integrante do imóvel, conforme reza o contrato de locação de longo prazo.

Nenhum destes pontos foram contabilizados no Balanço auditado, em que pese todos os custos relacionados a estes terem sido devidamente computados e contabilizados.

Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores, em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial, demonstra melhor a posição dos ativos e passivos da Companhia:

	Consolidado	
	Balanço Patrimonial	Balanço Projetado
	30/09/2021	30/09/2021
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	488	488
Contas a receber de clientes	6.381	6.381
Títulos e valores mobiliários	9	619.109
Estoques	9.106	9.106
Impostos a recuperar	79.197	79.197
Dividendos a receber	15.301	15.301
Outros créditos	12.616	12.616
Total do Ativo Circulante	123.098	742.198
Não Circulante		
Contas a receber de clientes	122.882	122.882
Partes relacionadas	9.678	9.678
Títulos a receber	7.774	7.774
Títulos e valores mobiliários	688	688
Impostos a recuperar	33.579	33.579
Depósitos judiciais	340.036	340.036
Outros créditos	6.579	696.650
Investimentos	233.781	483.781
Imobilizado	213.885	213.885
Intangível	394.248	394.248
Total do Ativo Não Circulante	1.363.130	2.303.201
Total do Ativo	1.486.228	3.045.399

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021

PASSIVO	Consolidado	
	Balanco Patrimonial	Balanco Projetado
	30/09/2021	30/09/2021
Circulante		
Fornecedores	71.617	71.617
Financiamentos e empréstimos	372.012	372.012
Debêntures	13.385	13.385
Salários e encargos sociais	165.953	165.953
Impostos e contribuições a recolher	1.457.515	649.484
Dividendos propostos	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	37.237	37.237
Títulos a pagar	1.002	1.002
Outras contas a pagar	226.831	226.831
Total do Passivo Circulante	2.348.893	1.540.862
Não Circulante		
Financiamentos e empréstimos	251.931	251.931
Debêntures	216.812	216.812
Salários e encargos sociais	2.404	2.404
Impostos e contribuições a recolher	207.161	207.161
Partes relacionadas	75.556	75.556
Impostos diferidos	98.989	366.750
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisão para contingências	835.665	58.938
Provisão para passivo a descoberto	7.296	7.296
Outras contas a pagar	1.054	1.054
Total do Passivo Não Circulante	1.699.171	1.190.205
Patrimônio Líquido		
Participação dos minoritários	(1.477)	(1.477)
Patrimônio líquido da controladora		
Capital social	432.641	432.641
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	180.292	180.292
Reserva de reavaliação	24.629	274.629
Debêntures perpétuas	315.834	315.834
Créditos quirografários a converter	16.914	16.914
Prejuízos acumulados	(4.374.257)	(1.748.089)
Ajuste de avaliação patrimonial	846.661	846.661
	(2.560.359)	315.809
Total do Patrimônio Líquido	(2.561.836)	314.332
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.486.228	3.045.399

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021

Demonstrações de Resultados - Gerencial

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	Demonstrações do resultado 30/09/2021	Demonstrações do resultado-Projetado 30/09/2021
Receita operacional líquida	6.678	6.678
Custos dos produtos e serviços	(8.349)	(8.349)
Lucro/Prejuízo bruto	(1.671)	(1.671)
Receitas [despesas] operacionais	141.547	2.978.209
Despesas com vendas	(2.240)	(2.240)
Perdas no recebimento de crédito com clientes	(5.738)	(5.738)
Administrativas e gerais	(66.810)	(66.810)
Provisões para contingências	2.137	2.137
Outras receitas e despesas operacionais/n.op.	212.819	3.049.481
Resultado da equivalência patrimonial	1.379	1.379
Resultado operacional	139.876	2.976.538
Despesas financeiras	(124.881)	(124.881)
Receitas financeiras	40.620	40.620
Resultado antes do imposto de renda	55.615	2.892.277
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	-	(154.775)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(45.442)	(101.161)
Participação dos acionistas não controladores	2.325	2.325
Resultado do período	12.498	2.638.666

Notas explicativas

01- No Balanço Patrimonial de 30/09/2021, a Companhia não registrou os valores dos pleitos em discussão administrativa e/ou judicial apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço projetado da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos.

Vale lembrar que a Companhia detêm hoje, claims que somam mais de R\$ 3 bilhões em discussão judicial nos mais diversos estágios, com prazo médio de judicialização de 8 anos.

Importante também salientar que a Companhia vem, ano a ano, recuperando esses créditos, sendo que nos últimos 6 anos a média de recuperação ultrapassa

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021

os R\$ 120 milhões anuais, e se considerarmos os últimos 3 anos, essa média passa para R\$ 250 milhões, em função principalmente do amadurecimento das ações judiciais e arbitragens em andamento.

02- Na linha de investimentos, indicamos as benfeitorias realizadas pela Petrobrás nas instalações do Estaleiro CBD, cuja nossa participação é de aprox. 50%.

Este Estaleiro está alugado para a Petrobrás num contrato de longo prazo e, conforme contrato, todas as benfeitorias e equipamentos instalados no imóvel serão incorporados ao mesmo.

03- Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários estão lançados os ativos aportados no FIDC Taranis-NP.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal qual como definidos pela legislação vigente.

As Companhias efetuaram um aporte no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aprox. R\$ 1,1 bi. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 50% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%.

Também na rubrica de Outros Créditos temos os ativos (claims) em discussão que não estão alocados no FIDC, de aprox. R\$ 2,0 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 561 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 35%, muito abaixo do histórico acima mencionado, demonstrando um conservadorismo nas expectativas de monetização dos mesmos.

04- Na rubrica de Impostos e Contribuições a recolher, bem como na linha de contingências, a redução prevista refere-se ao enquadramento da Companhia e suas subsidiárias nos programas de renegociação das dívidas tributárias através da Transação Individual prevista nos termos das Portarias PGFN 2.382/2021 e 9.917/2020, podendo atingir descontos de até 70% do total da dívida, podendo chegar a R\$ 1.6 bilhão em relação a posição contábil atual.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021

Desta forma, para melhor explicar os ajustes gerenciais, segue abaixo uma tabela demonstrativa da situação do nosso Patrimônio Líquido após estes ajustes projetados, em R\$ milhões:

(+) Ganhos na Transação Tributária	-	R\$ 1.584
(+) FIDC Taranis	-	R\$ 619
(-) Provisão Impostos	-	R\$ (267)
(+) Ativos (Claims) fora do FIDC	-	R\$ 690
(+) Valorização investimento CBD	-	R\$ 250
(=) Patrimônio Líquido PROJETADO	-	R\$ 314

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste trimestre encerrado em 30/09/2021 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao 3º semestre findo em 30 de setembro de 2021 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *"a Companhia vem realizando (monetizando) parte de seus ativos, principalmente quanto aos "claims" e com esses recursos liquidando as obrigações do plano de recuperação judicial. Há também uma discussão em andamento junto a PGFN, quanto ao parcelamento dos débitos tributários, e por consequência, a redução significativa no que tange*

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2021

a multas e juros incorridos. Tais fatores somados, à medida que forem efetivados, contribuirão para o retorno da operação do seu parque fabril.” conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.



MÜLLER & PREI

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias Trimestrais (ITR) Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial

Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Intermediárias Individuais e Consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Ênfases

Reconhecimento de Recebíveis

Conforme mencionado na nota explicativa "6", foi registrado contabilmente, em 30 de junho de 2021, na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e nas controladas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R\$ 128.945 mil. Chamamos a atenção para o fato de que, neste trimestre a companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como "praticamente certo", uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a favor da Companhia, sendo parte deles, inclusive, com a emissão de precatórios estaduais. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais.

Continuidade Operacional

Conforme mencionado na nota explicativa "1", às demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas findas em 30 de setembro de 2021, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pelo grupo de empresas foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Conforme as demonstrações financeiras apresentadas, há prejuízos acumulados de R\$ 4.374.257 mil em suas operações, tendo apurado resultado positivo de R\$ 10.173 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 2.225.795 mil em 30 de setembro de 2021 no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia esteja em andamento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas demonstrações contábeis intermediárias, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando (monetizando) parte de seus ativos, principalmente quanto aos "claims" e com esses recursos liquidando as obrigações do plano de recuperação judicial. Há também uma discussão em andamento junto a PGFN, quanto ao parcelamento dos débitos tributários, e por consequência, a redução significativa no que tange a multas e juros incorridos. Tais fatores somados, à medida que forem efetivados, contribuirão para o retorno da operação do seu parque fabril. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Saldos Contábeis e Transações Mantidos com Partes Relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa "21", a Companhia e suas Controladas mantêm relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada com relação a esse assunto.



MÜLLER & PREI

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de seis meses findo em 30 de setembro de 2021, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis a elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações Intermediárias Comparativas do Exercício e Trimestre Anteriores Examinadas e Revisadas por outro Auditor Independente

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, assim como as demonstrações financeiras individuais e consolidadas intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2020, apresentadas para fins de comparação e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2021, foram submetidas a procedimentos de auditoria e revisão, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e revisão com datas de 08 de julho de 2021, 11 de dezembro de 2020 e 27 de agosto de 2021, respectivamente. O relatório de revisão foi emitido com modificação de conclusão sobre: I - Reconhecimento de ativos contingentes (Ponto este modificado para Ênfase, devido a apresentação do teste de recuperabilidade dos ativos), e contendo parágrafo de ênfase sobre: I - Continuidade Operacional; II - Saldos contábeis e transações mantidos com Partes relacionadas. Esses assuntos permanecem em nosso relatório.

Curitiba, 12 de novembro de 2021.



Müller & Prei Auditores
Müller & Prei Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 6.172/O-1

George Angnes
George Angnes
Contador CRC-PR nº 42.667/O-1

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanço Patrimonial

Período findo em 30 de Setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	Nota	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	22	21	488	304
Clientes	6	379	378	6.381	501.513
Títulos e valores mobiliários	7	9	9	9	9
Estoques	8	-	-	9.106	5.832
Títulos a receber	9	-	-	-	12
Impostos a recuperar	10	4.798	4.798	79.197	26.061
Dividendos a receber		-	-	15.301	73
Outros créditos	11	7.697	9.509	12.616	15.165
Total do Ativo Circulante		12.905	14.715	123.098	548.969
Não Circulante					
Clientes	6	33.415	482	122.882	482
Partes relacionadas	21	259.821	339.977	9.678	8.579
Títulos a receber	9	7.774	7.774	7.774	7.774
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	688	688
Impostos a recuperar	10	12.537	12.386	33.579	33.696
Depósitos judiciais	30	76.234	82.569	340.036	135.821
Outros créditos	11	-	28.482	6.579	29.146
Investimentos	12	325.589	325.839	233.781	248.282
Imobilizado	13	79.602	81.898	213.885	220.419
Intangível	14	391.513	391.513	394.248	395.925
Total do Ativo Não Circulante		1.186.485	1.270.920	1.363.130	1.080.812
Total do Ativo		1.199.390	-1.285.635	1.486.228	1.629.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanço Patrimonial

Período findo em 30 de Setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores		30.184	32.170	71.617	91.369
Financiamentos e empréstimos	15	179.599	161.524	372.012	376.546
Debêntures	16	13.385	42.964	13.385	42.964
Salários e encargos sociais		14.494	11.317	165.953	187.614
Impostos e contribuições a recolher	17	742.243	729.886	1.457.515	1.395.465
Dividendos propostos		3.317	3.317	3.341	3.341
Provisão de custos e encargos	18	-	-	-	126.297
Adiantamentos de clientes	19	-	-	37.237	38.735
Títulos a pagar		1.002	9.878	1.002	9.878
Outras contas a pagar	24	131.644	128.842	226.831	223.649
Total do Passivo Circulante		1.115.868	1.119.898	2.348.893	2.495.858
Não Circulante					
Financiamentos e empréstimos	15	251.931	263.414	251.931	263.414
Debêntures	16	216.812	194.549	216.812	194.549
Salários e encargos sociais		-	-	2.404	2.577
Impostos e contribuições a recolher	17	25.991	28.617	207.161	233.083
Partes relacionadas a pagar	21	388.221	434.183	75.556	81.352
Impostos diferidos passivos	20.1	36.742	26.735	98.989	55.685
Provisão de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão para contingências	22	617.498	636.098	835.665	865.721
Provisão para passivo a descoberto	23	1.104.383	1.153.544	7.296	7.085
Outras contas a pagar	24	-	1.282	1.054	2.274
Total do Passivo Não Circulante		2.643.881	2.740.725	1.699.171	1.708.043
Patrimônio Líquido					
Capital social	25	432.641	429.211	432.641	429.211
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital		180.292	180.292	180.292	180.292
Reserva de reavaliação		24.629	25.571	24.629	25.571
Debêntures perpétuas		315.834	319.014	315.834	319.014
Créditos quirografários a converter		16.914	31.837	16.914	31.837
Prejuízos acumulados		(4.374.257)	(4.391.847)	(4.374.257)	(4.391.847)
Ajuste de avaliação patrimonial		846.661	834.007	846.661	834.007
		(2.560.359)	(2.574.988)	(2.560.359)	(2.574.988)
Participação dos Não Controladores		-	-	(1.477)	868
Total do Patrimônio Líquido		(2.560.359)	(2.574.988)	(2.561.836)	(2.574.120)
Total do Passivo		1.199.390	1.285.635	1.486.228	1.629.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações do Resultados

Período findo em 30 de Setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	Nota	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receita Operacional Bruta		-	-	9.037	7.521
Deduções e impostos sobre vendas		-	-	(2.359)	(1.566)
Receita Operacional Líquida	27	-	-	6.678	5.955
Custos dos produtos e serviços		-	-	(8.349)	(4.298)
Lucro Bruto		-	-	(1.671)	1.657
Receitas [Despesas] Operacionais		73.580	(82.341)	141.547	(52.377)
Despesas com vendas		-	-	(2.240)	(2.171)
Perdas no recebimento de crédito com clientes		(534)	(2.473)	(5.738)	(3.272)
Administrativas e gerais		(31.482)	(22.885)	(66.810)	(48.681)
Provisões para contingências		200	(224)	2.137	1.270
Outras receitas e despesas operacionais	29	59.461	35.348	212.819	10.323
Provisões de perdas sobre investimentos		-	(23)	-	(23)
Resultado da equivalência patrimonial	12	45.935	(92.084)	1.379	(9.823)
Resultado Operacional		73.580	(82.341)	139.876	(50.720)
Despesas financeiras	28	(56.447)	(41.325)	(124.881)	(76.809)
Receitas financeiras	28	5.221	2.802	40.620	3.155
Resultado Antes do Imposto de Renda		22.354	(120.864)	55.615	(124.374)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	20.2	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20.2	(9.856)	(408)	(45.442)	(393)
Resultado do Período		12.498	(121.272)	10.173	(124.767)
Atribuído a:				12.498	(121.272)
Participação dos acionistas controladores				(2.325)	(3.495)
Participação dos acionistas não-controladores				10.173	(124.767)
Quantidade de ações ordinárias ao final do período		102.164.920	5.047.172		
Quantidade de ações preferenciais ao final do período		63.136.160	3.156.808		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		73	(11.538)		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		80	(12.692)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F. - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Período findo em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Debêntures Perpetuas	Créditos a Converter	Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido dos Acionistas das Controladas	Participação dos Não Controladores no Patr.Liq. das Controladas	Total Patrimônio Líquido
	Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria									
Em 31 de dezembro de 2019	412.484	(3.073)	180.292	(8.303)	(3.852.431)	335.741	99.157	31.188	47.868	794.528	(1.963.848)	(52.449)	(2.015.998)
Resultado do exercício					(542.786)						(542.786)	54.016	(488.770)
Ajuste patrimonial reflexo do investida (CBD)					3.694						3.694		3.694
Ajuste patrimonial reflexo de investida (PENTA)					13						13		13
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										4.557	4.557		4.557
Ajuste converso s/ coligada no exterior											610		610
Ganhos na conversão de debêntures perpétuas										(9.597)	(9.597)		(1.309)
Outros resultados abrangentes										(5.040)	(5.040)		(699)
Resultado abrangente total											(544.119)	53.317	(490.802)
Aumento de capital - 347ª RCA de 31/01/2020	2.625					(2.625)							
Aumento de capital - 348ª RCA de 03/07/2020	13.986					(13.986)							
Aumento de capital - 351ª RCA de 13/11/2020	116					(116)							
Transações de capital com os Sócios													
Debêntures a converter							(67.320)				(67.320)		(67.320)
Realização da reserva reavaliação								(5.617)	(3.349)				
Realização do custo atribuído ao imobilizado													
Em 31 de dezembro de 2020	423.211	(3.073)	180.292	(8.303)	(4.382.544)	319.014	31.837	25.571	44.519	789.488	(2.574.988)	868	(2.574.120)
Resultado do exercício					12.498						12.498	(2.325)	10.173
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					3.121						3.121		3.121
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										(143)	(143)		(143)
Ajuste converso s/ coligada no exterior													
Ganhos na conversão de debêntures perpétuas											13.826	(20)	(20)
Outros resultados abrangentes										13.826	13.826		13.826
Resultado abrangente total											29.302	(2.345)	26.957
Aumento de capital - 353ª RCA de 30/03/2021	473					(473)							
Aumento de capital - 354ª RCA de 07/05/2021	2.857					(2.857)							
Transações de capital com os Sócios													
Debêntures a converter						250	(14.923)				(14.673)		(14.673)
Realização da reserva reavaliação								(942)					
Realização do custo atribuído ao imobilizado													
Em 30 de setembro de 2021	432.641	(3.073)	180.292	(8.303)	(4.365.954)	315.834	16.914	24.629	43.490	803.171	(2.560.359)	(1.477)	(2.561.836)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Resultado Abrangente

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de reais)

	30/09/2021	30/09/2020
Resultado Líquido do Período	12.498	(121.272)
Ajuste patrimonial reflexo de investida	3.121	3.133
Ganhos/perdas de capital s/ coligadas	(143)	5.021
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	(20)	835
Ganhos na conversão de debêntures perpétuas	13.826	-
Participação dos acionistas não controladores	(2.325)	(3.495)
Resultado Abrangente do Período	26.957	(115.778)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020
 (Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do período	12.498	(121.272)	12.498	(121.272)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	2.296	2.475	7.439	8.348
Alienação de imobilizado/investimentos	-	31.620	1.099	44.226
Resultado de equivalência patrimonial	(45.935)	92.084	(1.379)	9.823
Participação de acionistas não controladores	-	-	2.325	3.495
Variações monetárias e cambiais	20.200	28.136	52.190	41.483
Provisões (Reversões)	(18.600)	-	(156.353)	10
Resultado do período ajustado	(29.541)	33.166	(82.181)	(13.764)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(32.933)	(93)	372.732	(1.001)
Estoques	-	-	(3.274)	(952)
Títulos a receber	-	-	12	-
Impostos a recuperar	(151)	4.537	(53.019)	6.390
Despesas antecipadas	-	15	-	15
Outros créditos	36.829	(58.500)	(179.099)	(54.388)
	3.545	(54.041)	137.352	(49.936)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(1.986)	1.993	(19.752)	4.389
Salários e encargos sociais	3.177	3.148	(21.834)	41.360
Impostos e contribuições a recolher	9.730	11.466	36.128	15.927
Provisão para impostos diferidos	10.007	(3.969)	43.304	(5.082)
Adiantamentos de clientes	-	-	(1.498)	(87)
Títulos a pagar	(8.876)	(3.517)	(8.876)	(3.517)
Outras contas a pagar	1.520	(11.745)	(2.707)	(20.713)
	13.572	(2.624)	24.765	32.277
TOTAL CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(12.424)	(23.499)	79.936	(31.423)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Ganho sobre participações societárias	-	-	3.839	(822)
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	-	(327)	(235)
Operações de mútuos com empresas ligadas	80.156	16.157	(1.099)	22.394
TOTAL DO CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	80.156	16.157	2.413	21.337
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	6.422	6.200	6.422
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(21.769)	(7.127)	(82.569)	(8.779)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(45.962)	8.048	(5.796)	12.363
TOTAL CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(67.731)	7.343	(82.165)	10.006
TOTAL DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	1	184	(80)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	21	20	304	575
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	22	21	488	495
TOTAL DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	1	184	(80)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Valor Adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
RECEITAS	62.800	33.208	254.295	43.331
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	8.655	7.216
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(534)	(2.473)	(5.738)	(3.282)
Outras receitas / despesas	63.334	35.681	251.378	39.397
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(18.054)	(17.174)	(78.627)	(51.828)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(6.058)	(3.386)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.054)	(17.174)	(72.569)	(48.442)
VALOR ADICIONADO BRUTO	44.746	16.034	175.668	(8.497)
Depreciação e amortização	(2.296)	(2.475)	(6.195)	(8.348)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	42.450	13.559	169.473	(16.845)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	51.156	(89.282)	41.999	(6.668)
Resultado de equivalência patrimonial	45.935	(92.084)	1.379	(9.823)
Receitas Financeiras	5.221	2.802	40.620	3.155
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	93.606	(75.723)	211.472	(23.513)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	10.894	3.179	22.083	19.353
Salários e encargos	9.359	3.175	15.860	10.208
Benefícios	1.535	4	4.618	7.438
FGTS	-	-	1.605	1.707
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	13.529	988	53.660	4.589
Federais	13.529	988	52.476	3.916
Estaduais	-	-	1.179	668
Municipais	-	-	5	5
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	56.685	41.382	125.556	77.312
Juros	56.447	41.325	124.881	76.809
Alugueis	238	57	675	503
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	12.498	(121.272)	10.173	(124.767)
Lucros à disposição da assembléia	12.498	-	12.498	-
Prejuízo do período	-	(121.272)	-	(121.272)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(2.325)	(3.495)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	93.606	(75.723)	211.472	(23.513)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

NOTA 1.1 PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

-Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).

-Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria. O preço da venda desta UPI foi de R\$115 milhões.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

A Companhia tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos.

Exemplo disso foi a recente decisão, em dezembro de 2020, relativa ao processo arbitral instaurado contra a TUPI e PNBV, subsidiárias da Petrobras, que culminou com o recebimento de US\$ 96 milhões conforme já amplamente noticiado por Fato Relevante e pela imprensa especializada.

Em 25/11/2020 e em revisão peticionada no dia 22/04/2021, a Companhia apresentou um plano de pagamento para encerramento do processo de Recuperação Judicial com pagamento das obrigações exigíveis para encerramento, bem como o pagamento de diversas obrigações extraconcursais trabalhistas, financeiras e de fornecedores, além de capital de giro necessário ao soerguimento da empresa.

Após o recebimento da primeira tranche da arbitragem, ocorrida em 26/03/2021, a situação da recuperação judicial se apresentava da seguinte forma:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo devido incontestado dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontestado fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 18,0	R\$ 18,0	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 14,0	R\$ 14,0	R\$ 12,5
TOTAL	R\$ 21,3	R\$ 373,7	R\$ 395,0	R\$ 2.276,7

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento apenas do BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito) sendo devido o saldo de 21,3 milhões.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

NOTA 1. 2 – COVID-19

Em observância ao Ofício Circular CVM/SNC/SCP nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os impactos econômico-financeiro da COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração avaliou os riscos e incertezas que poderiam afetar as informações demonstração financeiras ora apresentadas, sendo abaixo as principais avaliações que seguem:

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

Do nosso lado, estamos tomando todas medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.

Pelo lado dos projetos estamos enfrentando um aumento de custos muito acima da inflação, como por exemplo o preço do aço, bem como a falta de matérias primas necessárias ao desenvolvimento dos nossos projetos. Isso causou um aumento de custos e diminuição das margens no período de 2020 e continua em 2021.

A Companhia adotou, e continua adotando uma série de medidas a fim de reduzir custos e postergar gastos com objetivo de enfrentar esse momento de pandemia mundial.

NOTA 2- BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora- As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas-

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

NOTA 3–RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas: As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00
Taranis - Fundo de Inv.em Direitos Creditórios Não-Padronizados	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;

e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensações entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4. Conversões em Moeda Estrangeira: Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros

3.7. Contas a Receber de Clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das

atividades da Companhia. A provisão para "*impairment*" foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8. Estoques: Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9. Investimentos: Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado: A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12. *Impairment* de Ativos Não Financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por "*impairment*" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "*impairment*", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "*impairment*", são revisados para a análise de uma possível reversão do "*impairment*" na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de

resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17-Operações de arrendamento mercantil. A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.18. Participações nos Lucros e Resultados: Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas: A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

3.21. Dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis: A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) "impairment" dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros: A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais- A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não-circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito- A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros- O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio- A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez- A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital- Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade

Exposição Cambial-Consolidado

- A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções N.º 475/08 e 550/08., apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Instrumentos Financeiros por Categoria: Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31/12/2020 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2020 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Aplicações financeiras	21	-	21	Fornecedores	32.170	32.170
Contas a receber	-	378	378	Empréstimos e financ.	161.524	161.524
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	42.964	42.964
Outros créditos	-	9.509	9.509	Títulos a pagar	9.878	9.878
				Outras contas a pagar	128.842	128.842
Total circulante	21	9.896	9.917	Total circulante	375.378	375.378
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	482	482	Empréstimos e financ.	263.414	263.414
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	1.282	1.282
Outros créditos	-	28.482	28.482			
Total não circulante	-	36.738	36.738	Total não circulante	264.696	264.696
TOTAL GERAL	21	46.634	46.655	TOTAL GERAL	640.074	640.074

Ativos financeiros em 30/09/2021 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 30/09/2021 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Aplicações financeiras	22	-	22	Fornecedores	30.184	30.184
Contas a receber	-	379	379	Empréstimos e financ.	179.599	179.599
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	13.385	13.385
Outros créditos	-	7.697	7.697	Títulos a pagar	1.002	1.002
				Outras contas a pagar	131.644	131.644
Total circulante	22	8.085	8.107	Total circulante	355.814	355.814
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber (b)	-	33.415	33.415	Empréstimos e financ.	251.931	251.931
Títulos a receber (d)	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	-	-
Total não circulante	-	41.189	41.189	Total não circulante	251.931	251.931
TOTAL GERAL	22	49.274	49.296	TOTAL GERAL	607.745	607.745

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros 31/12/2020 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros 31/12/2020 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	128	-	128	Fornecedores	91.369	91.369
Aplicações financeiras	176	-	176	Empréstimos e financiam.	376.546	376.546
Contas a receber	-	501.513	501.513	Debêntures	42.964	42.964
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	9.878	9.878
Outros créditos	-	15.165	15.165	Outras contas a pagar	223.649	223.649
Total circulante	304	516.687	516.991	Total circulante	744.406	744.406
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	482	482	Empréstimos e financiam.	263.414	263.414
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	2.274	2.274
Títulos valores mobiliários	-	688	688			
Outros créditos	-	29.146	29.146			
Total não circulante	-	38.090	38.090	Total não circulante	265.688	265.688
TOTAL GERAL	304	554.777	555.081	TOTAL GERAL	1.010.094	1.010.094

Ativos financeiros em 30/09/2021 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 30/09/2021 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	305	-	305	Fornecedores	71.617	71.617
Aplicações financeiras	183	-	183	Empréstimos e financiam.	372.012	372.012
Contas a receber	-	6.381	6.381	Debêntures	13.385	13.385
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	1.002	1.002
Outros créditos	-	12.616	12.616	Outras contas a pagar	226.831	226.831
Total circulante	488	19.006	19.494	Total circulante	684.847	684.847
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	122.882	122.882	Empréstimos e financiam.	251.931	251.931
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	1.054	1.054
Títulos valores mobiliários	-	688	688			
Outros créditos	-	6.579	6.579			
Total não circulante	-	137.923	137.923	Total não circulante	252.985	252.985
TOTAL GERAL	488	156.929	157.417	TOTAL GERAL	937.832	937.832

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	-	-	305	128
Aplicação financeira	22	21	183	176
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	22	21	488	304

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Cientes interno (a)	45.789	12.855	183.992	67.562
Cientes externo (b)	-	-	45.668	501.549
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(11.995)	(11.995)	(100.397)	(67.116)
	<u>33.794</u>	<u>860</u>	<u>129.263</u>	<u>501.995</u>
Circulante	379	378	6.381	501.513
Não circulante	33.415	482	122.882	482

a) Sobre esse montante apresentado de clientes interno, R\$ 32.932 e R\$ 128.945, na controladora e no consolidado, respectivamente, correspondem a claims discutidos judicialmente reconhecidos em 30 de junho de 2021, com trânsito em julgado sobre o conhecimento da causa em favor da empresa. Sobre este montante, foi reconhecido no resultado do semestre o montante de R\$ 77.232, líquido do provisionamento dos impostos.

Este estágio dos processos judiciais, nos permitiu apresentar à Auditoria Externa informações suficientes para a realização dos testes de recuperabilidade.

b) No valor de R\$ 501.995 em 31/12/2020 no consolidado, encontra-se os montantes dos ressarcimentos de custos incorridos no Projeto de Charqueadas, conforme decisão da corte arbitral de Nova York, conforme mencionado em fato relevante ao mercado em 31/03/2021

Neste 1º semestre de 2021 foram recebidos os valores referentes a arbitragem, sendo que a 2ª parcela foi depositada em julho pela TUPI/PNBV, devido os pedidos de bloqueios do consórcio de bancos (Haitong/Barrisul e CCB).

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Títulos diversos	9	9	697	697
	<u>9</u>	<u>9</u>	<u>697</u>	<u>697</u>
Circulante	9	9	9	9
Não circulante	-	-	688	688

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 8 - ESTOQUES

	Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020
Produtos em elaboração	3.730	1.436
Insumos e materiais	4.602	4.396
Adiantamentos a fornecedores	771	-
Importações em andamento	3	-
	9.106	5.832

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

NOTA 9 - TÍTULOS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Créditos com terceiros (a)	7.774	7.774	7.774	7.786
	7.774	7.774	7.774	7.786
Circulante	-	-	-	12
Não Circulante	7.774	7.774	7.774	7.774

(a) O valor lançado nesta rubrica, refere-se aos créditos contra a DNOS- Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável.

NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a compensar (a)	43	42	54.115	158
ICMS a recuperar	52	52	1.124	1.882
IPI a recuperar	974	974	1.270	1.199
PIS/COFINS lei 10833/03	-	-	505	573
Impostos e contribuições retidos na fonte	125	125	157	157
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (b)	9.031	8.921	24.508	24.614
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (b)	3.252	3.211	8.819	8.829
Demais créditos (c)	3.858	3.859	22.278	22.345
	17.335	17.184	112.776	59.757
Circulante	4.798	4.798	79.197	26.061
Não circulante	12.537	12.386	33.579	33.696

a) O valor no consolidado, refere-se, principalmente a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins, conforme Decisão do STF.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a diferenças temporárias na elaboração do lucro real, reconhecidos até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.
- c) Corresponde, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição do INSS recolhidos indevidamente junto a Receita Federal do Brasil e que se encontram em fase de análise.

NOTA 11 - OUTROS CRÉDITOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Adiantamento a Empregados	32	31	949	980
Gerdau S/A	-	355	-	355
Contas a receber - Venda de ativos (a)	6.783	37.605	6.785	37.605
Outros (b)	882	-	11.461	5.371
Total	7.697	37.991	19.195	44.311
Circulante	7.697	9.509	12.616	15.165
Não circulante	-	28.482	6.579	29.146

- a) Refere-se aos valores a receber pela venda do imóvel de Curitiba.
- b) No saldo de R\$ 11.461 no consolidado em 30/09/2021 está incluído valores referentes aos processos judiciais contra diversos clientes com as sentenças em transitado e julgado.

NOTA 12 - INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Participação em controladas/coligadas (a)	325.589	325.839	189.728	204.229
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	44.053	44.053
	325.589	325.839	233.781	248.282

Participações em Controladas e Coligadas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Equivalência
				Líquido	Participação	Investimento	31/12/2020
Em 31 de Dezembro de 2020							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	662.588	1.960.131	227.415	(1.097.543)	100,00%	-	227.415
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	795.722	468.393	(18.442)	327.329	47,07%	154.074	(8.680)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	182.909	11.624	(105)	171.285	100,00%	171.285	(105)
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	228.909	276.614	(106.059)	(47.705)	100,00%	-	(106.059)
Innovida Participações S.A.	3.907	10.453	-	(6.546)	100,00%	-	-
Fidc Tarânis	619.743	4.462	(4.899)	615.261	18,00%	480	(883)
						325.839	111.688

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado da	
							Líquido	Participação
							30/09/2021	30/09/2020
Em 30 de Setembro de 2021								
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	680.935	1.735.421	46.545	(1.054.486)	100,00%	-	46.545	(86.460)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	766.383	440.444	(8.020)	325.939	47,07%	153.419	(3.775)	(4.274)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	183.406	11.716	405	171.690	100,00%	171.690	405	(57)
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	233.985	279.812	1.877	(45.827)	100,00%	-	1.877	(1.293)
Innovida Participações S.A.	3.907	10.453	-	(6.546)	100,00%	-	-	-
Fidc Tarânis	615.280	4.462	(4.238)	611.041	18,00%	480	883	-
						325.589	45.935	(92.084)

a) Participações em empresas controladas/coligadas - Consolidado

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
Em 31 de dezembro de 2020							
RIG Oil & Gas	36.959	21.785	(569)	15.174	16,66%	2.528	(95,00)
QUIP S.A.	129.571	85.774	(59.225)	43.797	13,25%	-	(7.847)
QGI INC	114.630	8.407	2.713	106.223	20,00%	21.245	543
QGI BRASIL	164.444	29.360	1.859	135.084	19,53%	26.382	(364)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	60	-	(56)	(4)	35,00%	-	(19)
FIDC (iv)	-	-	-	-	0,00%	-	880
Companhia Brasileira de Diques S.A.	795.721	449.949	(12.517)	345.772	47,07%	154.074	(9.562)
						204.229	(16.464)
Em 30 de setembro de 2021							
RIG Oil & Gas	36.181	22.102	2.701	14.079	16,66%	2.337	450
QUIP S.A.	135.187	91.390	(1.462)	43.797	13,25%	-	(194)
QGI INC	95.977	81.594	(18.085)	14.383	20,00%	2.878	(3.617)
QGI BRASIL	158.273	4.586	18.602	153.687	19,53%	30.015	3.633
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	106	-	(56)	(50)	35,00%	-	(18)
FIDC (iv)	-	-	-	-	0,00%	1.079	-
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	766.383	440.444	(8.020)	325.939	47,07%	153.419	(3.775)
						189.728	(3.520)

	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação em %	Participação no capital votante em %
	O. N.	P. N.		
Controladas/Coligadas				
IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	47,07	47,07
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00
Fidc Tarânis (cotas)				

(i) IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A: A Companhia Controladora capitalizou em 2003 essa controlada, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07/04/2003. Tendo em vista que essa controlada apresenta Passivo a Descoberto em 30/06/2021, a Companhia constituiu provisão até a totalidade desse valor, conforme descrito na nota 23.

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A: Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da AGE, de 29/06/2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28/06/2019, foi deliberado sobre o aumento do Capital de R\$2.636 mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72% para 47,07%.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda: Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

(iv) FIDC Tarânis: em abril de 2019 o Grupo Inepar regularizou o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo.

b) Propriedade para Investimentos: Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021.

c) Outros investimentos- O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 13 – IMOBILIZADO

Controladora	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos						Outros	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática		
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2020								
Custo	10.188	155.668	6.693	21	(39.140)	13	3.989	137.431
Depreciação Acumulada	-	(86.890)	(6.320)	(14)	39.466	(9)	(1.767)	(55.533)
Valor contábil líquido	10.188	68.778	373	7	326	4	2.222	81.898
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(2.204)	(72)	(3)	(17)	(0)	-	(2.296)
Baixas da Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	10.188	66.574	301	4	309	4	2.222	79.602
Em 30 de setembro de 2021								
Custo	10.188	155.668	6.693	21	(39.140)	13	3.989	137.431
Depreciação Acumulada	-	(89.094)	(6.392)	(17)	39.449	(9)	(1.767)	(57.830)
Valor contábil líquido	10.188	66.574	301	4	309	4	2.222	79.602

Consolidado	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos						Outras	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática		
Taxas anuais de depreciação	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2020								
Custo	17.400	178.833	92.193	4.879	(36.846)	13.784	83.759	354.002
Depreciação Acumulada	-	(92.412)	(60.924)	(4.367)	38.631	(11.888)	(2.624)	(133.583)
Valor contábil líquido	17.400	86.421	31.269	512	1.785	1.896	81.135	220.419
Adições	-	-	327	-	-	-	-	327
Baixas	-	-	(2.088)	(183)	-	-	-	(2.271)
Depreciação	-	(2.432)	(2.426)	(129)	(105)	(668)	-	(5.760)
Baixas da Depreciação	-	-	1.029	142	-	-	-	1.171
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	17.400	84.085	28.019	341	1.679	1.226	81.135	213.885
Em 30 de Setembro de 2021								
Custo	17.400	180.543	88.698	4.696	(36.846)	13.784	83.759	352.034
Depreciação Acumulada	-	(96.457)	(60.681)	(4.355)	38.525	(12.558)	(2.624)	(138.150)
Valor contábil líquido	6.864	84.817	28.611	339	1.685	1.138	81.134	213.885

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por "impairment".

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação: A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

NOTA 14 – INTANGÍVEL

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA	Controladora		
	Marcas e Patentes	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2020			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513
Em 30 de setembro de 2021			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513

CONSOLIDADO	Consolidado				
	Marcas e Patentes	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	20%	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2020					
Custo	247	937	34.064	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(942)	(29.659)	-	(30.848)
Valor contábil líquido	-	(5)	4.417	391.513	395.925
Amortização	-	(503)	(1.174)	-	(1.677)
Saldo Final	-	(508)	3.243	391.513	394.248
Em 30 de setembro de 2021					
Custo	247	937	34.076	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(941)	(30.862)	-	(32.525)
Valor contábil líquido	-	(4)	3.214	391.513	394.248

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em 26/02/21, o valor da CBD é de R\$1.331.871, sendo a participação da Inepar de 47,07%.

NOTA 15 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Modalidade				
Arrendamentos Financeiros	-	-	53.680	50.246
Ativo Permanente	176.233	146.140	176.233	146.140
Capital de Giro	3.366	15.384	142.099	180.160
Custos com transf. Financeiras	-	-	-	-
Total Circulante	179.599	161.524	372.012	376.546
Não Circulante				
Modalidade	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Ativo Permanente	251.931	235.938	251.931	235.938
Arrendamentos Financeiros	-	27.476	-	27.476
Total Não Circulante	251.931	263.414	251.931	263.414
Total de Empréstimos e Financiamentos	431.531	424.938	623.944	639.960
Por Data de Vencimento / Em negociação				
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Vencidos	162.084	101.147	354.020	295.760
Em até 12 meses	17.515	60.377	17.992	80.786
De 1 a 2 anos	24.667	17.515	24.667	17.516
De 2 a 3 anos	24.667	16.056	24.667	16.056
De 3 a 4 anos	24.667	18.975	24.667	18.975
De 4 a 5 anos	24.667	17.516	24.667	17.516
Acima de 5 anos	153.263	193.352	153.263	193.349
Total de Empréstimos e Financiamentos	431.531	424.938	623.944	639.960

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os Bancos credores sendo os efeitos conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes, bem imóveis que atualmente não estão sendo utilizados pela Empresa, tais como imóveis de Charqueadas, Magé e Macaé.

NOTA 16 - DEBÊNTURES (CONTROLADORA)

Emissão	Empresa	Controladora		
		31/12/2020	Adições/Baixas	30/09/2021
3ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.486	7	2.493
4ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	3.535	511	4.046
5ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	231.492	7.834	223.658
		237.513	7.316	230.197
Circulante		42.964		13.385
Não circulante		194.549		216.812

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento Particular de Transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das Debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Aplicação Financeira e Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.

Cronograma de Amortização

Será realizada uma amortização extraordinária com recursos decorrentes da venda do imóvel registrado perante o Registro de imóveis de Macaé/RJ, sob a matrícula nº 24.269, no valor de R\$ 22.500 milhões, corrigidos pelo Índice IPCA.6% a.a.; a partir de 04/04/2019.

Após o efetivo pagamento da amortização extraordinária, a Inepar deverá pagar a importância de R\$ 172.560 milhões a ser atualizado mensalmente pelo IPCA, acrescido de 6% ao ano até a data do efetivo pagamento.

NOTA 17- IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Parcelamento Excepcional (a)	29.771	29.124	201.755	250.355
ICMS a recolher	40.905	40.657	55.047	54.838
Inss a recolher	213.155	211.762	213.293	270.504
ISS a recolher/Parcelamentos	8.655	8.440	26.037	25.124
Pis/Cofins a recolher	245.616	241.241	302.520	314.413
Impostos e Contribuições retidos na fonte	26.120	36.230	28.205	37.784
Parcelamento Refis Lei nº 12.996/14 (b)	14.142	13.967	14.153	13.967
IPI a recolher	-	-	12.173	11.993
IRPJ	104.060	103.677	104.060	103.677
Diversos debitos Federais	-	-	31.339	395.989
Outros	85.809	73.405	676.093	149.904
	768.234	758.503	1.664.676	1.628.548
Circulante	742.243	729.886	1.457.515	1.395.465
Não circulante	25.991	28.617	207.161	233.083

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Refere-se aos valores remanescentes dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/14, estes parcelamentos foram rompidos e transferidos para os demais programas de parcelamentos fiscais.

b) O Grupo Inepar/lesa, efetuou parcelamentos através da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 e Portaria PGFN nº 14,402, de 18 de junho de 2020.

Por terem sido emitidas novas normas de parcelamentos muito mais vantajosas para as empresas em recuperação judicial através das Portarias PGFN 2.382/2021 e 9917/2020, o Grupo Inepar/lesa solicitou a PGFN o rompimento destes parcelamentos e o seu enquadramento nas novas normas.

Diante da desistência do parcelamento já homologado através da Lei nº 13.988 a empresa efetuou os ajustes nos saldos dos valores a pagar conforme extrato emitido pela Receita/PGFN, gerando aumento dos saldos na ordem de R\$ 654 milhões.

Com a homologação das negociações em curso com a Receita/PGFN temos a sinalização da redução de até 70% dos saldos a pagar, com redução dos valores das multas, juros e encargos, e prazo maiores para pagamento.

Estamos ainda, efetuando junto a PGFN/Receita uma conciliação dos valores que constam nos extratos da Receita/PGFN, podendo os descontos serem superiores a R\$ 1,5 bilhões.

b) Os valores constantes do parcelamento efetuados pela Lei nº 12.996/14, foram rompidos perante a Receita/PGFN. Estes valores serão transferidos para os novos parcelamentos em vigor.

NOTA 18 - PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	2.303	2.303
Custos a Incorrer	-	-	-	126.297
	<u>2.303</u>	<u>2.303</u>	<u>2.303</u>	<u>128.600</u>
Circulante	-	-	-	126.297
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

O saldo no valor de R\$126.297 em 31/12/20 no consolidado refere-se, principalmente, a custos processuais da arbitragem internacional contra TUPI BV, este montante já foi liquidado através de retenção sobre o desfecho do processo.

NOTA 19 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO	30/09/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	38.735	148.793
Adições/Baixas	(1.498)	(110.058)
Saldo Final	37.237	38.735

Os saldos dos adiantamentos, referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

NOTA 20 - IMPOSTOS DIFERIDOS

20.1. Tributos Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			Total
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	
Em 31 de dezembro de 2020	12.133	12.133	12.133	14.863	(261)	26.735
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(162)	(162)	(162)	(104)	3	(263)
Em 31 de março de 2021	11.971	11.971	11.971	14.759	(258)	26.472
Constituição dos Tributos	-	-	-	10.056	-	10.056
Baixa dos Tributos	(162)	(162)	(162)	-	3	(159)
Em 30 de junho de 2021	11.809	11.809	11.809	24.815	(255)	36.369
Constituição dos Tributos	474	474	474	-	-	474
Baixa dos Tributos	-	-	-	(104)	3	(101)
Em 30 de setembro de 2021	12.283	12.283	12.283	24.711	(252)	36.742

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado						
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos				
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2020	33.444	33.444	12.133	8.528	22.456	12.568	55.685
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(335)	(335)	(162)	(4)	(213)	(61)	(440)
Em 31 de março de 2021	33.109	33.109	11.971	8.524	22.243	12.507	55.245
Constituição dos Tributos	-	-	-	27.605	10.056	-	37.661
Baixa dos Tributos	(334)	(334)	(162)	(4)	(109)	(61)	(336)
Em 30 de junho de 2021	32.775	32.775	11.809	36.125	32.190	12.446	92.570
Constituição dos Tributos	641	641	474	6.224	-	-	6.698
Baixa dos Tributos	(90)	(90)	-	(4)	(213)	(62)	(279)
Em 30 de setembro de 2021	33.326	33.326	12.283	42.345	31.977	12.384	98.989

20.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	22.354	(120.864)	55.615	(124.374)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	5.762	(31.717)	(34.252)	(33.588)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(15.618)	31.309	(11.190)	33.195
IRPJ / CSLL no Resultado	(9.856)	(408)	(45.442)	(393)
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	(9.856)	(408)	(45.442)	(393)
Alíquota Efetiva	44,09%	-0,34%	-81,71%	0,32%

NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 30/09/2021 nas demonstrações financeiras da Controladora:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo Não Circulante	
	Contas Correntes	
	30/09/2021	31/12/2020
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	237.826	320.512
IESA - Óleo & Gás S.A.	2.530	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	81	81
IESA Transportes S.A.	4.087	4.087
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400
Afac Penta Participações S.A.	9.891	9.891
	259.821	339.977
	Passivo Não Circulante	
	Contas Correntes	
	30/09/2021	31/12/2020
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	201.885	202.032
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.492	155.492
Cia Brasileira de Diques S.A.	670	582
Iesa Óleo & Gás S/A	-	11.342
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	-	26.293
Inepar Administração e Participações S.A.	30.154	38.396
Demais Empresas	20	46
	388.221	434.183

Contas Correntes: A tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Saldo	Adições/ Baixas/Var.	Saldo
	31/12/2020	Monetária	30/09/2021
Empresas			
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	320.512	(82.686)	237.826
IESA - Óleo & Gás S.A	-	2.530	2.530
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	81	-	81
IESA Transportes S.A.	4.087	-	4.087
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891
	339.977	(80.156)	259.821
PASSIVO			
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	202.032	(147)	201.885
Inepar Administração e Participações S/A	38.396	(8.242)	30.154
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.492	-	155.492
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S/A.	26.293	(26.293)	-
Iesa Óleo & Gás S/A	11.342	(11.342)	-
Cia. Brasileira de Diques S.A.	582	88	670
Demais Empresas	46	(26)	20
	434.183	(45.962)	388.221

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

A Companhia e suas Controladas mantêm relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas apenas com partes relacionadas.

NOTA 22 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	636.098	242.510	865.721	517.411
Adições/Baixas	- 18.600	393.588	- 30.056	348.310
Saldo Final	617.498	636.098	835.665	865.721

	30/09/2021		31/12/2020		30/09/2021		31/12/2020	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	4.494	9.224	4.494	12.658	71.789	54.663	71.789	66.759
Tributárias	291.156	600.962	291.156	613.649	346.414	751.390	346.414	765.457
Cíveis	75.365	7.183	75.365	9.662	170.787	28.939	170.787	32.832
Outras	-	129	-	129	-	673	-	673
	371.015	617.498	371.015	636.098	588.990	835.665	588.990	865.721

TRABALHISTA

Trabalhistas: Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 71.789 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias: Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN. Os parcelamentos efetuados com base na Lei nº 13.988, foram rompidos por solicitação do Grupo Inepar/lesa e serão efetuados novos parcelamentos em condições muito mais vantajosa para as empresas em recuperação judicial. Estas negociações junto a Receita/PGFN estão em fase final de efetivação.

Tendo em vista o rompimento dos parcelamentos efetuados em dezembro de 2020, os descontos obtidos foram estornados e constituída uma provisão até que os novos parcelamentos sejam homologados.

Cíveis: Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Contrato com a Tupi BV/PNBV: O contrato assinado entre a Iesa Óleo & Gás S.A. e a TUPI/PNBV em 26/07/2012, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em cláusula contratual, foi instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, a o tribunal arbitral concluiu que a PNBV e Tupi violaram os contratos e concederam a nossa subsidiária lesa Óleo&Gás o ressarcimento/indenização por danos mais juros de pré-adjudicação, que totalizaram em aproximadamente US\$ 107 milhões. Posteriormente em 2021 as empresas em novo acordo celebrado finalizaram a pendência em U\$ 96 milhões.

NOTA 23 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$ 1.104.383 (R\$ 1.153.544 em 31/12/2020) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Innovida Participações S.A.

NOTA 24 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Delft Administração e Participações S.A	-	-	3.177	3.378
Obrigações imóvel Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas obrigações a pagar (a)	10.386	22.412	96.746	108.658
Comissões sobre venda de imóveis	284	1.665	284	1.665
Outras contas a pagar (a)	11.019	-	17.723	4.548
Acordos a pagar (b)	22.906	22.904	22.906	24.531
Andritz Hydro S.A. (c)	84.049	80.143	84.049	80.143
	131.644	130.124	227.885	225.923
Circulante	131.644	128.842	226.831	223.649
Não circulante	-	1.282	1.054	2.274

- a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.
- c) Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro S.A. por conta da transferência de créditos tributários que foram utilizados pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/14. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do Processo Digital nº 10110111-27.2014.8.26.0037 reconheceu a concursabilidade do crédito a favor da Andritz.

NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O Capital Social integralizado é de R\$ 432.641 formado por 5.108.246 ações ordinárias e 3.156.808 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

b) Reserva de Capital: As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$180.292 e está assim composta:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.271 e R\$79.707 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.049 e R\$75.565 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital.

c) Reserva de Reavaliação- (i) De Ativos Próprios- É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas: As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 315.834 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8.^a emissão e de R\$3.926 para a 9.^a emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 88.^a AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10.^a emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$121.550, tendo sido utilizado o montante de R\$ 84.490. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização.

- Conforme a 88.^a AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11.^a emissão de debêntures perpétuas. As debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$ 6.507, tendo sido utilizado o montante de R\$ 5.410. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização,

- Para as debêntures perpétuas da 10.^a e 11.^a emissão, temos um saldo a converter de R\$ 38.157, que serão utilizadas para as próximas conversões.

Conversões realizadas das debentures em ações:

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 337 de 25/10/2018 – Valor de R\$ 937 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6.^a emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 338 de 18/12/2018 – Valor de R\$ 74 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6.^a emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 341 de 15/02/2019 – Valor de R\$ 84 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6.^a emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 342 de 28/03/2019 – Valor de R\$ 453 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6.^a/7.^a/8.^a e 9.^a emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 344 de 01/07/2019 – Valor de R\$ 472 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6.^a/ 8.^a e 9.^a emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 347 de 31/01/2020 – Valor de R\$ 2.625 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6.^a emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 348 de 03/07/2020 – Valor de R\$ 13.986 referente a conversão das debêntures perpétuas da 10.^a e 11.^a emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 351 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 116 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6.^a e 7.^a emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 353 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 473 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6.^a/8.^a e 10.^a emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 354 de 07/05/2021 – Valor de R\$ 2.957 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6.^a/8.^a/9.^a e 10.^a emissão.

e) Créditos quirografários a converter: Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 16.914. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ajustes de avaliação patrimonial: Apresenta o saldo de R\$ 846.661, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 793.952, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	30/09/21	30/09/2020
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	5.058	(50.853)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	7.440	(73.914)
	12.498	(124.767)
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	63.136	3.157
Quantidade de ações ordinárias emitidas	102.165	5.047
Total	165.301	8.204
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações		
Ação preferencial	80,1100	(16.109)
Ação ordinária	72,8300	(14.644)

Conforme aviso aos acionistas de 22 de junho de 2021, a empresa efetuou o desdobramento das ações de emissão da companhia, na proporção de 01 (uma) ação ordinária e ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 27- RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020
Vendas mercado interno/Prestação de serv.	9.037	7.521
(-) Impostos sobre as Vendas	(2.359)	(1.566)
Receita de Vendas	6.678	5.955

NOTA 28 - DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições	(7.211)	(10.099)	(21.378)	(18.846)
Juros / despesas bancárias	(46.491)	(32.248)	(96.854)	(48.647)
Fianças bancárias	-	-	(3)	-
Outras despesas financeiras	(2.745)	1.022	(6.589)	880
Variações cambiais	-	-	(57)	(10.196)
	(56.447)	(41.325)	(124.881)	(76.809)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1	1	17	8
Receitas atualização debêntures	5.135	3.649	5.135	3.649
Juros auferidos	21	65	(871)	93
Variações monetárias ativas	46	(1.058)	46	(1.058)
Outras receitas financeiras	18	145	36.293	355
Variações cambiais	-	-	-	108
	5.224	2.802	40.620	3.155
	(51.226)	(38.523)	(84.261)	(73.654)

NOTA 29- OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Outras despesas Operacionais				
Impostos sobre Claim's e demais (a)	(3.236)	(409)	(12.541)	(516)
IOF	(438)	(171)	(1.066)	(193)
Custo de aluguel	-	-	(925)	(926)
Outras despesas Operacionais	(3.151)	(4.081)	(134.350)	(3.142)
Verbas rescisórias	-	-	(587)	(17.693)
Ociosidade (b)	-	(19)	(4.173)	(9.827)
Total das despesas operacionais	(6.824)	(4.680)	(153.643)	(32.297)
Outras Receitas Operacionais				
Receitas de Claim's (a)	32.932	-	128.945	-
Reversão de provisões trabalhistas (c)	3.435	-	12.099	-
Reversão de provisões tributárias (c)	12.685	-	14.069	-
Reversão de provisões cíveis (c)	2.480	-	3.887	-
Receitas de aluguel	2.005	4.424	6.593	5.449
Outras reversões de provisão	-	-	115.922	-
Complemento dos valores da Arbitragem (d)	-	-	30.266	-
Outras receitas (e)	12.748	35.604	54.681	37.171
Total das receitas operacionais	66.285	40.028	366.462	42.620
	59.461	35.348	212.819	10.323

a) Refere-se aos valores a receber de diversos processos judiciais, referente aos pleitos contra diversos clientes, com decisão transitado em julgado, com créditos constituídos em fase de execução a favor da empresa, bem como a provisão dos impostos.

b) Referem-se aos custos de produção diretos e indiretos não absorvidos pela fábrica em função da pequena quantidade de projetos e ociosidade causado pela pandemia COVID-19.

c) As reversões das provisões foram efetuadas após novas análises sobre cada processo.

d) Complemento dos valores recebidos por conta dos ressarcimentos de custos incorridos no Projeto Charqueadas, conforme decisão da Corte Arbitral de Nova York.

e) No valor de R\$ 54.681 no consolidado, estão incluídos os valores do ressarcimento Pis/Cofins incidentes sobre o ICMS.

NOTA 30 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Processos Trabalhistas	2.877	2.877	15.157	15.157
Processos Cíveis(a)	71.650	77.985	323.171	118.956
Processos Tributários	1.707	1.707	1.708	1.708
	76.234	82.569	340.036	135.821

a) Nos valores do consolidado de processos cíveis encontra-se incluídos os depósitos judiciais referentes aos recebimentos arbitragem e os valores correspondentes aos recebimentos do processo de Furnas.

NOTA 31 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 32 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Salários	2.822	1.642	9.504	24.381
Gastos Previdenciários	3.474	1.169	3.770	3.867
Total	6.296	2.811	13.274	28.248

NOTA 33 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Remuneração de Conselheiros	55	641	174	119
Remuneração de Diretores	385	25	1.102	1.533
Total	440	666	1.276	1.652

NOTA 34 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Geração / Equipamentos	Gás/Modulos/ outros	Total
Receita bruta total	8.494	543	9.037
Impostos/Deduções	(2.261)	(98)	(2.359)
Custos dos Produtos e Serviços	(5.659)	(2.690)	(8.349)
Total	574	(2.245)	(1.671)

NOTA 35 – TRATATIVAS QUE IRÃO GERAR EVENTOS SUBSEQUENTES:

A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes.

As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- Alienação das ações da UPI IOG;
- Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel localizado no município de Charqueadas;
- Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé.
- Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.
- A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.
- Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, como por exemplo saneamento.
- Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.
- Finalização do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais com a análise detalhada de todos os valores que estão em cobrança na atualidade.

NOTA 36 - EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em 14 de outubro de 2021, a Companhia emitiu Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que a sua controlada Ilesa – Projetos, Equipamentos e Montagens S/A, firmou uma nova parceria com a JBT do Brasil, empresa multinacional americana fabricante de equipamentos para a indústria de alimentos,

b) Em 15 de outubro de 2021, a Companhia emitiu Fato Relevante informando a constituição de uma nova empresa com o nome empresarial de Enisa, com fábrica na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, com participação direta e ou indireta da Companhia de 100% do capital, a qual se mostrará ao mercado para as áreas de saneamento, equipamentos de processos, equipamentos para movimentação de materiais, equipamentos hidromecânicos, equipamentos pesados, subestações, geração de energia, óleo e gás, módulos para plataforma, metro-ferroviário, equipamentos para portos e pátios de estocagem, pátios de minérios, silos e sistemas de armazenamento, dentro outros..

c) Em 29 de outubro de 2021, através da Ata da 360ª Reunião do Conselho de Administração, foi homologado o aumento de capital integralizado na Companhia em decorrência da conversão de 2.036.205 debêntures perpetuas, no montante de R\$ 4.888.834,00.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Mounir Chaowiche – Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Irajá Galliano Andrade

André de OMS

Carlos Alberto Del Claro Gloger

Rodolfo Andriani

Ricardo de Aquino Filho

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba/PR, 12 de novembro de 2021.

Mounir Chaowiche

Diretor Presidente

Manacesar Lopes dos Santos

Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente.

DECLARAÇÃO

Inepar S/A, Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando (monetizando) parte de seus ativos, principalmente quanto aos “claims” e com esses recursos liquidando as obrigações do plano de recuperação judicial. Há também uma discussão em andamento junto a PGFN, quanto ao parcelamento dos débitos tributários, e por consequência, a redução significativa no que tange a multas e juros incorridos. Tais fatores somados, à medida que forem efetivados, contribuirão para o retorno da operação do seu parque fabril.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba/PR, 12 de novembro de 2021.

Mounir Chaowiche

Diretor Presidente

Manacesar Lopes dos Santos

Diretor de Relações com Investidores